This file has been cleaned of potential threats. To view the reconstructed contents, please SCROLL DOWN to next page.

If you confirm that the file is coming from a trusted source, you can send the following SHA-256 hash value to your admin for the original file.

291750096d688f2625550e89f37d754a6767734f61080cdfb37be3bc122b5054

FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÕES
CONSULTA PÚBLICA Nº 143/2022, de 21/11/2022 a 20/01/2023

Este formulário deverá ser anexado como documento de contribuição na plataforma de Consultas Públicas do site do Ministério de Minas e Energia (https://www.gov.br/mme/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas), dentro do período estabelecido.

Apenas serão consideradas válidas as contribuições encaminhadas através do Portal de Consulta Pública do Ministério de Minas e Energia durante o prazo de vigência da Consulta Pública. Documentos recebidos fora do padrão disponibilizado não serão priorizados na análise. A análise das contribuições recebidas será publicada posteriormente.

Contribuições para aprimoramento da minuta do Plano Nacional de Mineração 2050 (PNM 2050)

Nome: Flávia Maria de Fátima Nascimento Cargo: Pesquisadora em Geociências

Instituição: Serviço Geológico do Brasil - CPRM

(x) setor público
( ) setor privado
( ) organização não governamental
( ) instituição de pesquisa/ensino
( ) organizações sociais
( ) outros

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
Desafios e Diretrizes de Políticas	*1. Ampliação do conhecimento geológico básico*	53	Portanto, para promover a ampliação do conhecimento geológico do território em um ritmo adequado e compatível com o desenvolvimento que se espera para o setor mineral brasileiro, é fundamental uma atuação conjunta entre o setor público e setor privado no sentido de elaborar estratégias e parcerias que possibilitem expandir a capacidade operacional do SGB-CPRM e ampliar a realização dos estudos e levantamentos necessários.	Portanto, para promover a ampliação do conhecimento geológico, aerogeofísico e geoquímico do território brasileiro, em um ritmo adequado e compatível com o setor mineral, é fundamental elaborar estratégias e parcerias entre as instituições públicas (federal, estadual e municipal), universidades e o setor privado. De forma que essa atuação conjunta torne possível a ampliação e realização dos estudos e levantamentos necessários, evite a duplicação de esforços institucionais, o desperdício de verbas, além de permitir a expansão da capacidade operacional do SGB-CPRM.	Como exemplo de parceria entre as instituições públicas e universidades, com participação da CPRM, cita-se o trabalho de Pedrosa-Soares (2015) que mostra que o "Programa de Mapeamento Geológico do Estado de Minas Gerais", a cargo da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG, desde 1992, e que realizou projetos sucessivos, sob a administração da FUNDEP, resultaram numa marca invejável no contexto nacional e internacional. Esta marca é a cartografia geológica em escala 1:100.000 de cerca de 72% do território mineiro, uma área equivalente a 412.000 km^2. Esses projetos estão disponíveis via Internet, no

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
				Acompanhando a dinâmica de ampliação do mapeamento geológico, deverão ser realizados também estudos aplicados ao planejamento e gestão do território, como os mapas de geodiversidade, ou seja, a compartimentação do território em unidades geológico-ambientais com vistas à sua aplicação no uso adequado do território, considerando a integração de temas importantes como: a geoquímica ambiental, a geotecnia, a agricultura, recursos hídricos, recursos minerais e geoturismo. Além também de estudos sobre a prevenção de desastres naturais e antropogênicos; os quais constituem atividades relevantes e necessárias para o desenvolvimento sustentável nas áreas de mineração e adjacências.	Portal da Geologia da CODEMIG e Geobank da CPRM. Acrescentar o último parágrafo no final do texto no intuito de melhorar o texto original. Bibliografia: Pedrosa-Soares et. al. Síntese do mapeamento geológico sobre a bacia Bambuí. CODEMIG-FUNDEP-UFMG. 2015
Desafios e Diretrizes de Políticas	*3. Ampliação do conhecimento em recursos hídricos e aplicado ao planejamento territorial*	54	O conhecimento do território nacional em bases geocientíficas é fundamental para o setor mineral que necessita ter atenção especial ao desenvolvimento sustentável de suas atividades no que se refere aos impactos socioeconômicos e ambientais. Acompanhando a dinâmica de ampliação do mapeamento geológico deverão ser implementados estudos aplicados ao planejamento e gestão do território e em recursos hídricos. Considerando o planejamento e a gestão do território, temas como geodiversidade, prevenção de desastres e geoquímica ambiental constituem atividades de extrema relevância e necessárias para o desenvolvimento sustentável da mineração brasileira. Com o aumento da atividade minerária é de se esperar que haja, consequentemente, um aumento da demanda hídrica e a necessidade de ampliação do conhecimento	3. Ampliação do conhecimento em recursos hídricos visando o planejamento territorial e subsidiar as atividades de mineração A ampliação do conhecimento sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, diante do quadro atual e perspectivas futuras de uso e ocupação territorial, é fundamental para a qualidade de vida da população e estratégicos para o desenvolvimento da economia; principalmente no atual cenário das adversidades causadas pelas mudanças climáticas e da crescente demanda para o abastecimento público, insumo industrial, agropecuário e para as atividades de mineração. O setor mineral necessita do conhecimento das disponibilidades hídricas disponíveis no território brasileiro, em escalas de mapeamento compatíveis, além de ter atenção especial ao desenvolvimento sustentável de suas atividades de mineração no que se refere aos impactos socioeconômicos e ambientais. Ressalta-se que para a mitigação destes impactos devem ser consideradas as leis e normas já estabelecidas, o que tende a beneficiar tanto a imagem	No intuito de melhorar o texto original enfocando o setor mineral. Bibliografias recomendadas: Carvalho G. Hidrogeologia na Faixa Vazante: processos e desafios. XV Semana da Geologia da UFMG. 2021. yotube. Transmitido ao vivo em 10 de nov. de 2021. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Qfb3gIKLkSE. Acesso em 05 de setembro/2022. RODRIGUES FILHO, S.; VIANA, M. B. Gestão da água: o desafio do zinco em Vazante (MG). In: Recursos minerais & sustentabilidade territorial. Grandes minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. v.1. p.333-360.

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
			hidrológico básico nacional (águas superficiais e subterrâneas), considerando: monitoramento hidrológico; Integração organização de base de dados; sistemas integrados de apoio à decisão e estudos hidrológicos de disponibilidade hídrica. Ressalta-se que os cuidados sociais e ambientais, já estabelecidos em leis e 55 normas, devem ser aplicados em benefício e bem-estar das populações de municípios nas áreas de influência dos empreendimentos minerários.	das empresas de mineração perante seus concorrentes, quanto o bem-estar das populações de municípios nas áreas de influência dos empreendimentos minerários. As reservas hídricas apresentam produtividade diferenciada nas bacias/unidades geológicas do território brasileiro em função das características hidrometeorológicas e geológicas. O conhecimento da quantidade de água que pode ser ofertada através dos estudos de disponibilidade hídrica superficial e subterrânea, para o atendimento das diferentes demandas, é importante para minimizar os conflitos pelo uso da água e para garantir as vazões mínimas necessárias à manutenção dos ecossistemas aquáticos. Para subsidiar estes estudos torna-se necessário: ampliar o conhecimento hidrológico básico nacional através da ampliação do monitoramento das águas superficiais e subterrâneas; a Integração e organização de base de dados (hidrometeorológicos, fluviométricos, de poços tubulares e geotécnicos); realizar modelos hidrológicos superficiais e subterrâneos, realizar análises sobre a vulnerabilidade dos aquíferos e corpos hídricos à contaminação e construir sistemas integrados de apoio à decisão.	